



ACÇÃO SOCIALISTA



VITÓRIA HISTÓRICA

MELHOR RESULTADO DE SEMPRE DE UM PARTIDO



Quente & Frio



DR

A ESCALDAR

Maior vitória de sempre

O PS obteve no dia 29 de setembro a sua maior vitória nas autárquicas. O PS teve o maior número de votos, maior número de mandatos e maior número de câmaras municipais ganhas. E reconquistou a presidência da ANMP. E os três maiores concelhos do país são agora socialistas: Lisboa, Sintra e Gaia. Nesta sua primeira prova de fogo eleitoral, António José Seguro passou com distinção. E porque as autárquicas têm sempre uma leitura nacional, o PS é cada vez mais a alternativa credível para dar um novo rumo ao país.



JF

QUENTE

TSU dos viúvos(as)

Passadas algumas dezenas de horas de ter garantido o abandono da TSU sobre as pensões, eis que Mota Soares, seu colega de Governo e correligionário, anuncia, preto no branco, que as pensões de sobrevivência irão sofrer cortes. Nem no luto os pensionistas estão a salvo deste Governo. "Inaceitável" e "enorme indignidade", foi como o PS classificou esta medida. Afinal a linha vermelha foi passada.



JF

FRIO

O penta de Portas irrevogável

Igual a si próprio. Esquecendo as estrondosas derrotas que as coligações de direita sofreram no país, em especial nos grandes centros urbanos, eis que Portas surge no Largo do Caldas eufórico e proclama vitória do CDS/PP. E, usando um jargão futebolístico, proclama: "Temos penta!", numa alusão às cinco câmaras ganhas pelo seu partido. Está tudo dito. Unidos mas pouco, tanto no Governo como nas autarquias.



DR

GELADO

Manchetes de manchete

Desde que entrou para o Governo, Rui Manchete ocupou sempre lugar nas manchetes dos jornais pelos piores motivos. Primeiro, com as suas declarações sobre a participação como acionista no BPN e na SLN. E agora o responsável máximo da nossa diplomacia, jurista de renome, em entrevista à Rádio Nacional de Angola pôs em causa a separação de poderes e autonomia na investigação criminal. Em causa está um pedido de desculpas do ministro a Angola por investigações do Ministério Público português a dirigentes angolanos. Por isso, o líder do PS exige que o Presidente da República "não fique de braços cruzados" e que "exija ao primeiro-ministro a demissão do ministro dos Negócios Estrangeiros". Aguardemos o desfecho de mais este caso. ■ JCCB



COMISSÃO POLÍTICA

Seguro anuncia Convenção Novo Rumo

O secretário-geral do PS, António José Seguro, realçou a vitória histórica nas eleições autárquicas e anunciou a realização da Convenção Novo Rumo.

Na intervenção que fez perante a Comissão Política, no dia 3 na sede nacional, Seguro disse que a Convenção Novo Rumo, que será lançada ainda este mês, tem por objetivo de ser um espaço de preparação para o programa do futuro Governo. "A Convenção não será um momento, mas um processo que começa em outubro, com um texto aberto à subscrição e participação de todos os cidadãos portugueses que se identifiquem com o nosso projeto", disse. O líder socialista salientou o caráter histórico da vitória do

nosso partido, mas pediu que não haja uma "atitude de deslumbramento" face aos resultados alcançados. E isto porque, explicou, "reconhecemos o desencanto e a desilusão que muitos portugueses sentem face à política, os que ficaram em casa e os que foram votar em branco".

E defendeu que para combater esta indiferença crescente face à participação na vida política é preciso criar instrumentos de aproximação aos cidadãos.

Não trocamos princípios por votos

António José Seguro reiterou a importância da estratégia, de acordo com princípios éticos, de não recandidatar, nas autárquicas de 29 de setem-

bro, presidentes de câmaras com mais de três mandatos consecutivos a concelhos vizinhos ou pessoas com processos judiciais. "Não trocamos princípios por votos. Mas temos que fazer mais para aproximar as pessoas da política", disse.

O líder do PS alertou ainda os camaradas da Comissão Política Nacional para a grande responsabilidade do partido face aos resultados e ao que pôde constatar ao longo da campanha junto das populações de norte a sul do país. "Jamais esquecerei o que ouvi de muitos portugueses ao longo desta campanha autárquica, ouvi relatos chocantes. Com esta vitória as nossas responsabilidades aumentam".

ACÇÃO SOCIALISTA HÁ 30 ANOS



6 outubro 1983

V CONGRESSO NACIONAL

"Pacificação interna, apoio maciço a Soares", titulava o "AS" na primeira página de 6 de outubro de 1983, onde o V Congresso Nacional do PS ocupava lugar de destaque.

Com o Governo do Bloco Central como pano de fundo, o órgão oficial do PS dava conta desta "nova fase na vida do partido", marcada pela "reconciliação da grande família socialista". E o secretário-geral, Mário Soares, escrevia um editorial no jornal, onde sublinhava que deste congresso "o partido sai pacificado, mais consciente dos seus objetivos patrióticos, mais atualizado na sua doutrina, mais renovado nos quadros dirigentes". ■ JCCB

“ Há uma renovada relação de confiança entre os portugueses e o Partido Socialista

António José Seguro



O melhor resultado de sempre



O PS alcançou a maior vitória conseguida por um partido em eleições autárquicas. Obteve mais votos, mais câmaras, mais mandatos e recuperou a liderança da Associação Nacional de Municípios.

Um resultado que veio provar o que há muito já se sabia, segundo António José Seguro, que “há uma renovada relação de confiança entre os portugueses e o Partido Socialista, e uma inequívoca recusa das políticas erradas protagonizadas pelo primeiro-ministro de sistemático e metódico empobrecimento do país”.

Para Seguro, as eleições do passado dia 29 de Setembro caracterizaram-se, para além da indelével vitória do PS, por um “imenso terramoto no poder local”, traduzido numa “copiosa derrota para o PSD”.

O líder socialista não tem dúvidas de que o PS confirmou-se como o grande partido autárquico e nacional, o que foi aliás já corroborado pelo primeiro-ministro quando este assumiu na noite das eleições a derrota salientando tratar-

-se “de um dos piores resultados para o PSD”.

Não sendo expectável que este trambolhão da maioria possa provocar de imediato a queda do Governo, António José Seguro não deixa contudo de assegurar que foi claro o desgaste eleitoral dos partidos da direita, sobretudo do PSD, que sofreu uma forte erosão no eleitorado urbano, particularmente nos municípios do litoral.

PSD perde câmaras na Madeira

Se a vitória do PS nestas eleições autárquicas, no Continente e nos Açores, não oferece qualquer contestação, na Região Autónoma da Madeira, o PS fez História. Aqui, o terramoto eleitoral do PSD traduziu-se na perda para a oposição de sete das onze câmaras que dominava. Com o PS a ven-

cer sozinho em Machico, Porto Santo e Porto Moniz e a liderar a coligação vencedora no município do Funchal.

Na capital do arquipélago, a coligação proposta e liderada pelo PS, infligiu a primeira derrota, em regime democrático, às hostes de Alberto João Jardim, levando o novo líder da autarquia funchalense, Paulo Cafófo, a afirmar que “o 25 de abril chegou à Região”.

Também nas freguesias houve uma hecatombe eleitoral do PSD-Madeira, com a oposição ao regime de Jardim a passar de cinco freguesias, conquistadas em 2009, para 23 em 2013.

Cenário que para o líder do PS-Madeira, Victor Freitas, veio dar um sinal claro de que os madeirenses e porto-santenses “querem também uma mudança na Região”. ■ R.S.A.

“ Obviamente que uma vitória do PS de tal dimensão tem que ter uma leitura nacional. E essa leitura revela que os eleitores mostraram de forma inequívoca o seu descontentamento, dando um cartão vermelho aos partidos do Governo

EDITORIAL VITÓRIA DE PORTUGAL



Marcos Sá

[f marcos.sa.1213](#)
[t @marcossa5](#)

No seu primeiro teste eleitoral como secretário-geral do PS, António José Seguro passou com distinção. O PS obteve a 29 de setembro a maior vitória de sempre, de um só partido, em eleições autárquicas. O PS teve mais votos, mais mandatos, mais câmaras e mais freguesias. E reconquistou a presidência da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP). Estes resultados mostram que o eleitorado reconheceu o mérito dos candidatos socialistas e das suas propostas, centradas numa nova geração de políticas autárquicas, tendo no centro a promoção do desenvolvimento sustentado, a criação de emprego e o reforço da ação social.

E revelaram ainda o profundo descontentamento do eleitorado com a política dogmática do atual Governo da austeridade do custo o que custar e do empobrecimento geral do país e dos portugueses, em especial os estratos mais desfavorecidos.

Obviamente que uma vitória do PS de tal dimensão tem que ter uma leitura nacional. E essa leitura revela que os eleitores mostraram de forma inequívoca o seu descontentamento, dando um cartão vermelho aos partidos do Governo.

E ao mesmo tempo mostraram que o PS e o seu secretário-geral são cada vez mais uma alternativa capaz de dar um novo rumo de esperança e de progresso ao país. Com uma política que tenha no centro as pessoas e que faça a síntese harmoniosa entre consolidação orçamental e políticas de promoção do crescimento e do emprego.

No entanto, temos pela frente um grande desafio. Perceber as razões que levaram ao aumento significativo da abstenção, assim como o aumento assustador do número de votos brancos e nulos. Sem essa reflexão estaremos unicamente a adiar o inadiável. ■

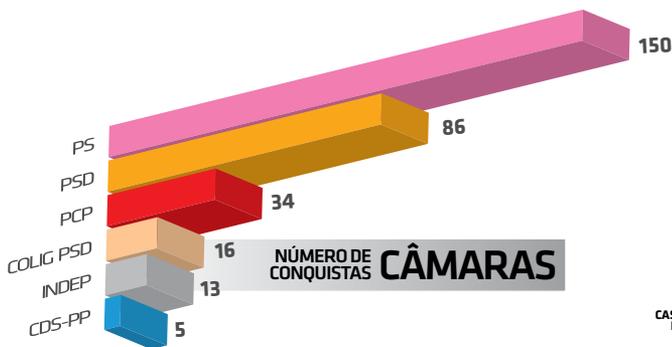


ELEIÇÕES
AUTÁRQUICAS
2013

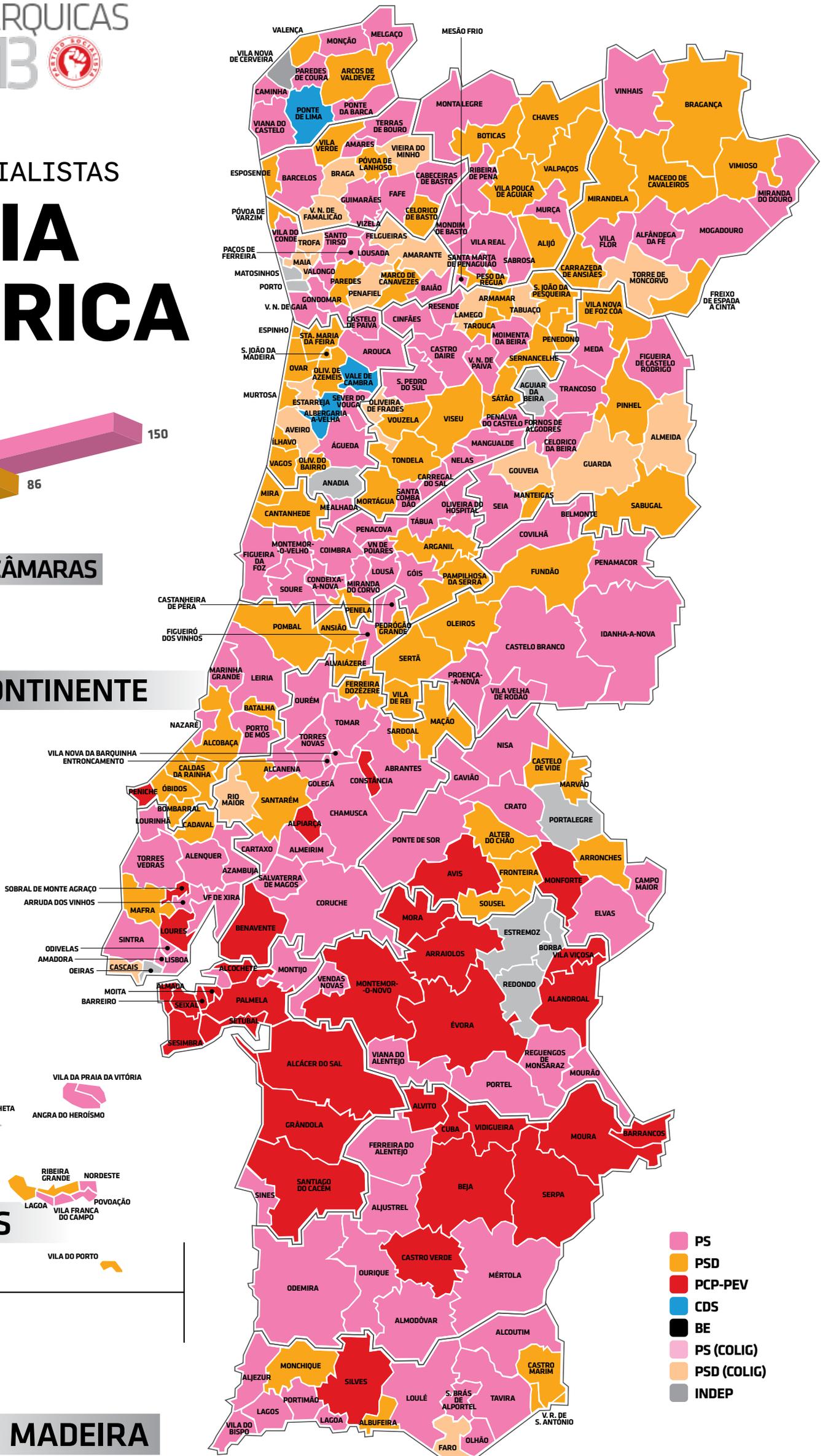


150 CÂMARAS SOCIALISTAS

VITÓRIA HISTÓRICA



CONTINENTE

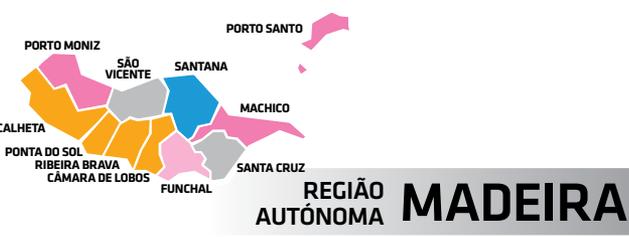


- PS
- PSD
- PCP-PEV
- CDS
- BE
- PS (COLIG)
- PSD (COLIG)
- INDEP

REGIÃO AUTÓNOMA AÇORES



REGIÃO AUTÓNOMA MADEIRA





LISBOA

Maioria absoluta

50,91%
11 MANDATOS

O PS, pelas mãos de António Costa, obteve uma maioria absoluta histórica em Lisboa, alcançando o melhor resultado de sempre de um partido na capital, e infringindo uma derrota colossal à direita.

No discurso de vitória, António Costa, que na sua lista integrava os movimentos independentes de Helena Roseta e

Sá Fernandes, manifestou o seu "orgulho" por ser eleito pela terceira vez consecutiva, salientou que este resultado não foi conseguido na campanha, mas sim em "quatro anos de trabalho, no dia a dia, que fez na cidade".

E considerou que o sentido de voto na cidade de Lisboa "tem um significado muito claro: o apoio a uma gestão que revelou

ser possível, em Portugal, uma política alternativa àquela que tem vindo a ser seguida" pelo atual Governo, que passa, como aconteceu na capital, por medidas em "contraciclo" como redução de impostos e da dívida e aumento do investimento.

Costa disse ainda que esta votação em Lisboa e no PS a nível nacional permite ao atual Go-

verno tirar "ilações várias" como a possibilidade de "governar de forma diferente".

Depois de prometer continuar a trabalhar "melhor" para prosseguir o objetivo de conseguir "mais emprego, mais pessoas e melhor cidade", o autarca socialista sublinhou ainda que os resultados mostram também que os lisboetas querem que o poli-

ciamento e os transportes públicos passem a ser da competência do município.

Na sua intervenção, o reeleito presidente da Câmara de Lisboa afirmou que "os eleitores também mostraram, quer de forma passiva quer ativa, que estão cá para mandar no seu país e para não deixar que outros mandem por nós". ■ J. C. C. B.

SINTRA

Vitória muito saborosa

O novo presidente da Câmara de Sintra, Basílio Horta, afirmou estar emocionado com o resultado eleitoral, adiantando tratar-se de uma vitória "muito saborosa".

Segundo o recém-eleito autarca socialista, "com a vitória em Sintra são 150 câmaras que o PS ganha, o que é um recorde absoluto em Portugal" em relação ao número de câmaras conquistadas.

Mas a vitória é também saborosa por se tratar de uma reconquista passados mais de dez anos de gestão laranja.

Durante o discurso de vitória, Basílio Horta afirmou que as "grandes vitórias são sempre re-

nhidas", referindo-se ao longo período de espera pelos resultados eleitorais.

Numa disputa voto a voto, o resultado só se conheceu por volta das duas da madrugada.

"É uma vitória muito saborosa, que me emociona e que quero partilhar humanamente com todos aqueles que estiveram na campanha, ao meu lado, dias e dias, a calcorrear ruas e ruas, a dar conta do nosso projeto", afirmou.

O também deputado socialista agradeceu aos sintrenses pela vitória alcançada, adiantando que, ao fim de 12 anos de liderança do social-democrata Fernando Seara, a Câmara de Sin-



26,83%
4 MANDATOS

tra regressa ao PS.

"Sabemos para onde queremos ir e sabemos com quem queremos ir", garantiu Basílio Horta, visivelmente emocionado, para desde logo esclarecer o caminho que vai trilhar.

"O nosso projeto é claro, primeiro combater o desemprego, fixando o investimento e atraindo novo investimento,

o que implica abrir Sintra ao país e ao mundo. E isso será a base da política social sustentada", disse Basílio Horta aos jornalistas.

A aposta na distribuição de bens alimentares, apoio às creches, cuidados continuados e preservação da costa são outros pontos importantes desta missão política, para a qual,

sublinhou, conta com todos, "desde que acreditem no sistema de partidos, essencial à democracia".

No fim, o novo presidente da Câmara de Sintra teve palavras de agradecimento à estrutura do PS que o apoiou desde a primeira hora. ■ M.R.



COIMBRA

Regresso ao encanto

35,51%
5 MANDATOS

O PS conquistou a Câmara de Coimbra ao eleger com maioria relativa (cinco em 11 eleitos) Manuel Machado, que presidiu ao município entre 1989 e 2001.

No discurso de vitória, depois de sublinhar que é “uma grande honra ter sido eleito” para uma função que bem conhece, Manuel Machado apelou à “disponibilidade de todos para que colaborem, com as suas propostas e com a sua vigilância democrática e construtiva, no governo do concelho e da cidade”.

Coimbra é “um tesouro de todos” e que “a todos incumbe preservar, potenciar e valorizar”, salientou Machado, sustentando que “as novas exigências que se colocam hoje aos autarcas passam pela criação de condições favoráveis ao investimento e à inovação, conseguindo assim combater o desemprego, criar novos postos de trabalho e promover riqueza socialmente útil”.

“O nosso projeto é atrair investimento, captar inovação, fomentar empresas. Nós, autarcas dos próximos anos, teremos que ser exímios em transformar o talento e a criatividade em negócios”, salientou o presidente da Câmara eleito, assegurando que, para isso, irá “baixar os impostos municipais”. ■ M.R.

LAGOA

Histórica conquista

O camarada Francisco Martins classificou como uma “vitória histórica” a conquista da Câmara de Lagoa, no Algarve, garantindo a maioria absoluta com quatro mandatos contra três do PSD.



41,68%
4 MANDATOS

“É uma vitória histórica, pois conseguimos ganhar em todas as frentes: a Assembleia Municipal e todas as freguesias do concelho”, disse Francisco Martins, para quem os resultados “demonstram a vontade de mudança da população”.

Segundo o novo presidente da Câmara de Lagoa – enfermeiro de 45 anos e até agora presidente da Junta de Freguesia de Lagoa e da Concelhia do PS –, esta vitória assentou numa “política de proximidade com as pessoas, desgastadas com os sacrifícios a que estão sujeitas”.

“Estamos preparados para esta grande responsabilidade, com a certeza de que iremos fazer tudo em prol da população e do desenvolvimento do concelho. Abre-se um novo ciclo político cujo desafio é o de manter os princípios de proximidade”, sublinhou.

De destacar que a vitória do PS em Lagoa põe fim a um ciclo de 28 anos consecutivos de gestão laranja. ■ M.R.

MADEIRA

Fez-se abril!

“Hoje fez-se Abril no Funchal”, disse Paulo Cafôfo, o primeiro autarca, desde 1976, a conseguir ser eleito por uma coligação liderada pelo PS para presidir à câmara funchalense.

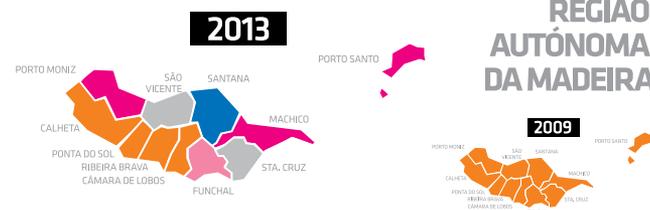
Perante a euforia instalada numa praça da cidade, cheia de apoiantes, o professor de História de 42 anos, escolhido para encabeçar a coligação “Mudança”, de seis partidos (PS, BE, PND, MTP, PAN e PTP), afirmou que nestas eleições autárquicas os funchalenses “fizeram a democracia acontecer na capital da Madeira” e “demonstraram o que é a cultura democrática”.

“Esta é uma mudança tranquila para todos os funchalenses sem exceção”, declarou Cafôfo, que referiu ter já “cumprimentado todos os adversários que passaram a ser parceiros para um novo Funchal”.

O eleito sublinhou que esta candidatura foi “uma bandeira contra a frustração, o conformismo, a inibição e a autocensura”. “Não acreditamos no determinismo político e que tudo está decidido independentemente do que façamos. Acreditamos convictamente que os homens e mulheres podem mudar o mundo e agir sobre a sociedade bus-



FUNCHAL
39,22%
5 MANDATOS



cando a sua transformação”, acrescentou.

Paulo Cafôfo assume assim a presidência de um município governado desde 1976 por maiorias absolutas do PSD.

Mas a hegemonia laranja foi também varrida pelo PS noutros três concelhos da Região Autónoma da Madeira.

No Porto Moniz venceu Emanuel Câmara, naquela que será a estreia desta localidade do norte da ilha como autarquia socialista.

Já o Porto Santo voltou a dar a vitória ao PS, mais de uma década depois de ter sido conquistada pelo PSD, o que significa “um novo rumo para a ilha”, disse o presidente eleito, Filipe

Menezes.

Igualmente, Machico, que durante muito tempo foi considerado o “bastião da resistência” ao PSD na Madeira, viu o PS regressar à presidência da Câmara Municipal com a eleição de Ricardo Franco, 16 anos depois, derrotando a maioria laranja.

Em declarações à Imprensa, o líder regional do PS, Vitor Freitas, frisou que “esta reviravolta eleitoral na Madeira expressa uma mudança que os madeirenses desejavam”.

“A Madeira a partir de hoje é completamente diferente: passará a conviver em várias cores e o resultado representa uma grande derrota do PSD”, concluiu. ■ M.R.

AÇORES

Maioria reforçada

NORDESTE
50,11%
3 MANDATOS

O PS ganhou claramente as eleições autárquicas nos Açores, reforçando a vitória que já tinha alcançado há quatro anos, tendo ainda visto o PSD ficar reduzido a apenas quatro câmaras.

De salientar a vitória do camarada Carlos Mendonça, no município Nordeste, ilha de São Miguel, como conquista de um dos mais antigos bastiões laranja desta Região Autónoma.

O presidente do PS/Açores, Vasco Cordeiro, considerou que o partido obteve uma “vitória muito saborosa”, somando mais um concelho aos 12 ganhos em 2009.

“Desse ponto de vista, é também ela uma vitória muito saborosa”, disse o presidente do PS/Açores, sublinhando que cumpriu os objetivos para estas



eleições que tinha estabelecido em janeiro, quando assumiu a liderança do partido.

“Os resultados saldaram-se numa grande vitória do PS/Açores”, sublinhou.

Estas foram as primeiras eleições que Vasco Cordeiro enfrentou desde que tomou posse como presidente do Governo Regional, em novembro passado, e como líder do PS/Açores. ■ M.R.



GAIA

Um novo ciclo

38,15%
5 MANDATOS

Após 16 anos de Luís Filipe Menezes, o PS volta a governar a Câmara de Gaia. É um “novo ciclo” num dos concelhos mais populosos do país e onde o desemprego atinge taxas insuportáveis.

O socialista Eduardo Vítor Rodrigues, que será o presidente nos próximos quatro anos, promete “uma nova forma de fazer política”, adiantando que os desafios que se colocam para o futuro frente exigem um “amplo

consenso”.

“Este é um novo ciclo em Gaia, não porque ganha um novo partido. Este é um novo ciclo porque ganha uma nova forma de fazer política mais próxima das pessoas e a pensar na resolução dos problemas e dos interesses das pessoas de Gaia”, disse o novo presidente da autarquia.

E acrescentou: “Tenho bem noção do sentido de responsabilidade desta vitória. O que vos prometo é que até à

última gota do meu suor farei tudo para não vos desiludir”.

Na sua intervenção na sede de candidatura, depois de uma nota de agradecimento ao secretário-geral do PS, António José Seguro, pelo seu empenhamento na campanha em Gaia, Eduardo Vítor Rodrigues prometeu uma luta sem tréguas junto do Governo para reivindicar um programa de emergência contra o desemprego no concelho. ■ J. C. C. B.

VILA REAL

Mudança forte

44%
5 MANDATOS

Ao fim de 38 anos de domínio da direita, “fizemos história” em Vila Real, afirmou Rui Santos, o novo presidente da autarquia na noite das eleições perante uma plateia de militantes e simpatizantes que festejavam a vitória socialista. “É a vitória de todos os vila-realenses. De todos aqueles que decidiram confiar em nós, que decidiram confiar neste projeto, decidiram dar-nos uma oportunidade”, afirmou, acrescentando que “a partir de agora Vila Real terá uma mudança, uma mudança forte”. Revelando desde logo uma postura ética e de seriedade



de política, Rui Santos disse que irá cumprir os compromissos do PS de baixar a fatua da água, de lançar políticas

de promoção do emprego e de fazer regressar já em 2014 as corridas de automóveis a Vila Real. ■ J. C. C. B.

GONDOMAR

Concelho devolvido aos cidadãos

O socialista Marco Martins ganhou, por maioria absoluta, a Câmara Municipal de Gondomar, reconquistando assim para o PS esta autarquia, após 20 anos de consulado de Valentim Loureiro. O concelho foi devolvido aos gondomarenses.

“Esta é uma vitória histórica, como nunca aconteceu. Para a Câmara, ganhámos em todas as freguesias. E conquistámos seis das sete juntas de freguesia, faltando apenas a de São Pedro da Cova, que foi para a CDU”, afirmou o novo presidente da Câmara.

No fundo, sublinhou Marco Martins, “as pessoas revelaram grande vontade de mudança, o forte desejo pelo fim de um ciclo de 20 anos que governou Gondomar. O concelho foi devolvido aos gondomarenses, que o governarão a partir de agora”. ■ JCCB



VILA NOVA DE POIARES

Vitória expressiva

Após 39 anos de gestão laranja, os eleitores de Vila Nova de Poiares deram um cartão vermelho ao PSD e elegeram como novo presidente da Câmara o antigo árbitro de futebol e professor de Educação Física João Miguel Henriques.

O PS é assim chamado a dirigir os destinos de Vila Nova de Poiares pela primeira vez e com maioria absoluta.

O presidente eleito afirmou que o seu principal desafio será enfrentar “a situação muito complicada” herdada das gestões do PSD. E adiantou que sabia que “estas eleições seriam disputadas taco a taco com o PSD, mas não esperava uma vitória tão expressiva”.

João Miguel Henriques salientou ainda que “as pessoas já estavam cansadas” da preponderância “do mesmo partido e da mesma pessoa”, há 37 anos, numa alusão ao “dinossauro” Jaime Soares, que liderou a autarquia durante décadas, tendo nestas eleições acolhido “as propostas responsáveis” do PS para fazer face a uma “situação financeira complicada”. ■ JCCB





ELEIÇÕES
AUTÁRQUICAS
2013



UMA VITÓRIA DE



TODOS OS PORTUGUESES





RUI SOLHEIRO SECRETÁRIO NACIONAL PARA AS AUTARQUIAS

“Estes resultados eleitorais têm também uma leitura n

O PS alcançou o maior resultado autárquico da história da nossa democracia. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Rui Solheiro não tem dúvidas que a política de austeridade cega que este Governo prossegue está a destruir a economia e criar problemas sociais enormes, salientando que os socialistas têm feito uma oposição construtiva com a apresentação de alternativas sérias. **RUI SOLANO DE ALMEIDA**

Que leitura faz destas eleições autárquicas?

As eleições autárquicas de 29 de Setembro constituíram uma vitória histórica do PS e uma verdadeira derrocada do PSD e do Governo.

A vitória do PS, alcançando mais votos, mais câmaras e freguesias, tem apenas uma leitura local e regional, ou também nacional?

Além da maioria dos votos, o PS conseguiu a presidência de 150 câmaras e com

uma diferença de 44 câmaras em relação ao segundo partido (PSD+coligações) obteve o maior resultado autárquico da história da nossa democracia. Com estes resultados e com a vitória em 1274 juntas de freguesias, o PS conquistou a presidência da ANMP e da ANA-FRE. Obviamente, que uma vitória desta dimensão tem que ter uma leitura nacional.

Nestas eleições o eleitorado quis premiar o PS ou penalizar os partidos do Governo?

O eleitorado reconheceu o mérito dos candidatos e dos compromissos do PS com as populações e com a participação do secretário-geral na campanha os temas que mais preocupam os portugueses estiveram na ordem do dia com a consequente penalização dos partidos do Governo.

Como reage às análises que tentam desvalorizar a vitória socialista quando acentuam que o PS perdeu algumas câmaras municipais?

Uma boa parte dos analistas desconhece a realidade do país, o que leva a cometerem erros grosseiros de previsão e análise dos resultados eleitorais.

Com estes resultados o PS fortalece a sua posição para poder reivindicar outras políticas junto do Governo?

O PS tem feito uma oposição construtiva com a apresentação de alternativas sérias às políticas do Governo. Este resultado eleitoral confirma o mérito da oposição do

PS e mostra como os portugueses veem na liderança de António José Seguro e do PS a esperança de um Novo Rumo para Portugal.

O PS foi penalizado por ter cumprido a lei ao não ter recandidatado ninguém com mais de três mandatos?

O PS, ao não permitir a candidatura a outras câmaras de presidentes com três ou mais mandatos exercidos no mesmo município, opôs-se à profissionalização do cargo de presiden-

NOVO RUMO
PARA PORTUGAL



“Estas eleições constituíram uma vitória para o PS e uma verdadeira derrocada do PSD e do Governo

“A política de austeridade cega que este Governo está a prosseguir destrói a economia

is nacional”

te de câmara, apostou na renovação e assumiu que a ética deve estar acima da lei.

O segundo lugar alcançado no Porto pode reservar ao PS um papel decisivo na gestão da autarquia?

Depende de um eventual acordo que garanta a defesa dos interesses do Porto, da Área Metropolitana e do próprio país.

O que pode mudar na gestão da ANMP com a reconquista pelo PS da presidência?

A direção tem que se reaproximar dos seus associados, criando condições para uma maior e melhor participação dos autarcas nas decisões da Associação. A ANMP tem que

ter ideias claras para o país, defendendo políticas no sentido de um desenvolvimento sustentável e equilibrado em todo o território nacional.

O PSD sofreu uma forte erosão no eleitorado urbano. Que leitura faz deste cenário?

A política de austeridade cega que este Governo está a prosseguir destrói a economia e cria problemas sociais enormes, que se sentem com maior incidência nos centros urbanos. Estes resultados mostram o divórcio dos portugueses com o Governo e evidenciam o caminho alternativo que o PS tem apresentado de aposta no crescimento económico e emprego, criando riqueza que permita respeitar

os compromissos assumidos com os nossos credores, sem custos sociais dramáticos para as famílias e empresas. Este resultado eleitoral é um não rotundo à política de insensibilidade social deste Governo.

A vitória esmagadora do PS nestas eleições reforça a projeção do secretário-geral socialista a nível nacional?

A participação do secretário-geral na campanha foi verdadeiramente extraordinária. Foi incansável no contacto com as pessoas e com os seus problemas. Com a empatia que estabeleceu com os portugueses, António José Seguro foi o suplemento de alma que garantiu ao PS esta vitória histórica. ■



QUATRO PERGUNTAS A MIGUEL LARANJEIRO

“O resultado destes dois anos de governação é desastroso”

Como interpreta, do ponto de vista político, o resultado destas eleições autárquicas?

Trata-se da maior vitória de sempre, de um só partido, em eleições autárquicas. O Partido Socialista obteve mais votos, mais mandatos, mais freguesias e mais câmaras municipais. Num número: o PS ganhou 150 câmaras, muito mais do que qualquer uma das previsões. Este resultado traduz a escolha dos cidadãos, mas sobretudo marca uma derrota das políticas da coligação de direita e reforça a relação de confiança dos portugueses com o PS. Há um Novo Rumo de esperança e de confiança que se reforça e que é protagonizado pelo PS e pelo Secretário-geral, António José Seguro.

Os partidos do Governo sofreram uma pesada derrota sobretudo nos grandes centros urbanos. Que leitura faz deste facto?

O Governo afastou-se dos portugueses, virou as costas aos problemas das pessoas, das famílias e das empresas. O PSD e o CDS-PP estão alheados dos dramas dos cidadãos e os eleitores aproveitaram estas eleições para dizer basta a uma política de austeridade e de cortes. Era altura do Governo ouvir os portugueses e mudar de políticas, mas o primeiro-ministro já disse que vai continuar a insistir nos mesmos erros. Terá a oposição dos portugueses e do Partido Socialista.

É expectável que este tomo autárquico da maioria possa trazer consequências imediatas para o Governo?

O Governo tem demonstrado uma insensibilidade gritante a tudo o que está a ocorrer em Portugal: ao desemprego, às falências, ao aumento da pobreza e das desigualdades, aos cortes das pensões e das reformas, à diminuição do apoio social e à destruição das funções sociais do Estado. Infelizmente, este Governo de direita já nos habituou a não ouvir os cidadãos e os seus problemas e não sabe tirar as ilações da realidade que está à vista de todos. Este Governo falhou e os portugueses deram a sua resposta nestas eleições. O resultado da governação destes dois anos é desastroso, empurra todos os dias portugueses para o desespero e só mesmo o Governo é que não percebe que o país exige mudança. Mas esta necessidade é cada vez evidente.

Como interpreta a dissonância de leituras que os dois partidos do Governo fazem destas autárquicas?

Assistimos ao assumir, por parte do líder do PSD, da estrondosa derrota do seu partido, enquanto o líder do CDS-PP tentou uma demarcação do resultado catastrófico. Esse é um problema da coligação de direita, que mostra bem a falta de coesão do Governo. O Partido Socialista está ainda mais mobilizado e empenhado em apresentar as melhores soluções para os problemas das pessoas. É essa a nossa missão e contamos com todos os cidadãos para construir um Novo Rumo de esperança para Portugal. ■

Universidade republicana e plural



Évora foi de novo palco da Universidade de Verão do PS, que este ano, de 28 a 31 de Agosto, debateu os novos desafios do poder local, centrando-se em temas como Economia Social, Municípios Verdes, Reabilitação e Regeneração Urbana e Ordenamento do Território.

Para além dos habituais jantares-debate, este ano a Universidade de Verão teve também Cafés Literários, que pretendiam criar uma discussão acerca de um romance ou um ensaio num ambiente de descontração e informalidade.

Álvaro Bezeza e Jorge Seguro Sanches foram mais uma vez os reitores da Universidade de Verão do PS, que é já uma referência de excelência como espaço de debate e reflexão, com personalidades de grande relevo da vida política e académica nacional, sobre os grandes temas da nossa vida coletiva, na procura de um novo rumo progressista para o país.

RENTRÉE

Contra a destruição do Estado Social custe o que custar

O PS lutará contra a destruição do Estado Social, que demorou 40 anos a construir e que é obra e património dos portugueses, garantiu António José Seguro no discurso de encerramento da Universidade de Verão, que assinalou a reentré política do partido.

“Aqui sim, custe o que custar, estaremos onde for preciso para defender o Estado Social, como em 1975 defendemos a liberdade”, realçou o secretário-geral socialista, em Évora, salientando de seguida ser esta “uma questão que divide de forma clara aqueles que assumem uma visão neoliberal, daqueles que, como nós, têm uma visão progressista e solidária do país”.

Na ocasião, o secretário-geral do Partido Socialista considerou “absolutamente inaceitável”, num Estado de Direito, que Pedro Passos Coelho ataque, ameace ou queira fazer do Tribunal Constitucional o bode expiatório dos fracassos do Governo.



É preciso dizer com frontalidade ao primeiro-ministro que isso é inaceitável num Estado de Direito”, frisou, colhendo fortes aplausos na sala.

De seguida criticou veementemente o Executivo da coligação de direita por não gostar da Constituição da República.

Já a ameaça de um segundo resgate a Portugal, a que Passos Coelho periodicamente se tem referido, “nada tem a ver com o Estado Social”, frisou o líder do PS, sublinhando a este propósito que “é a incompetência e são as políticas erradas do Governo que nos co-

locam sob o risco de um segundo resgate”.

António José Seguro assumiu ainda o compromisso de, no próximo ano, apresentar as bases do programa do futuro Governo de Portugal que incidirá na reforma sustentável do Estado e no apoio à Economia e ao Emprego, com uma visão e uma estratégia para Portugal.

No encerramento da Universidade de Verão, Seguro deixou claro que há dois caminhos para o país: um que é “o do Governo e da troika”, outro aquele que defende o PS.

“O primeiro tem falhado redondamente”, pelo que admite que a troika possa vir a mexer nas metas do memorando de entendimento, “sobretudo na da receita fiscal, de que é corresponsável”. Numa referência ao Orçamento do Estado para 2013, deixou três mensagens concretas três. Primeira: “O PS não participou nem participará na elaboração” do OE. Segunda: “O Governo tem maioria absoluta para aprovar” as suas propostas, logo, “o PS não [o] chumba nem aprova”. E, terceira: “Não cedo a pressões, venham de onde vierem”, concluiu. ■ M.R.

4 PROPOSTAS PS

A REDUÇÃO DO IVA NO SETOR DA RESTAURAÇÃO DE 23% PARA 13% AJUDARÁ RESTAURANTES A PERMANECEREM ABERTOS, EVITARÁ DESPEDIMENTOS E AJUDARÁ A ECONOMIA NACIONAL, CONTRIBUINDO PARA O AUMENTO DA RECEITA DO ESTADO, ATRAVÉS DAS RESPECTIVAS QUOTIZAÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL.

A DIMINUIÇÃO DA TAXA DO IRC PARA 12,5% PARA OS PRIMEIROS 12 500 EUROS DE LUCROS APOIARÁ AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS, EVITANDO MAIS DESPEDIMENTOS E FALÊNCIAS.



A TRIBUTAÇÃO SOBRE OS IMÓVEIS URBANOS DEVE REFLETIR O VALOR DE MERCADO DAS HABITAÇÕES, DE MODO A QUE OS PORTUGUESES TENHAM UMA FATURA FISCAL MENOS PESADA E INJUSTA.

O APOIO AOS IDOSOS SEM RECURSOS FINANCEIROS PARA PAGAR O AUMENTO DAS RENDAS DEVE SER CÉLERE E MAIS AMIGO DOS INQUILINOS, DE FORMA A GARANTIR MAIOR ESTABILIDADE DOS ARRENDATÁRIOS COM CARÊNCIAS FINANCEIRAS.

DAR UM **NOVO RUMO** A PORTUGAL

DINAMIZAR ECONOMIA E ALIVIAR SACRIFÍCIOS

O Partido Socialista apresentou no dia 3 de outubro quatro propostas à Assembleia da República que têm como denominador comum estimular o crescimento e o emprego, aliviando também os sacrifícios dos portugueses. As propostas centram-se na redução do IRC para as pequenas e médias empresas, do IVA na restauração, do IMI, bem como na recomendação ao Governo para que não se atrase mais o apoio social aos idosos que não estão a conseguir pagar os aumentos das rendas de casa.

Com o objetivo de melhor informar, o "Acção Socialista" esclarece neste espaço, de forma simplificada, possíveis dúvidas relacionadas com estas propostas.

► **A redução da taxa do IRC para as PME foi a única das quatro propostas do PS que foi aprovada pelo Parlamento. O que significa em concreto esta vitória para a melhoria da situação das PME?**

Trata-se de um passo à frente, importante, justo e necessário, uma vez que assegura a equidade nos sacrifícios e beneficia as empresas de menor dimensão que se debatem com maiores problemas.

No caso concreto das empresas portuguesas, tem havido um conjunto de circunstâncias que penaliza fortemente a sua atividade e as condições financeiras: redução da procura interna, aumento de impostos, aumento da burocracia, atraso nos reembolsos do IVA, redução abrupta das condições de crédito e limitação dos limites de crédito.

O alívio fiscal, agora aprovado por iniciativa do PS, acautela as PME e garante a sustentabilidade de milhares de empregos.

► **O que mudará realmente em sede de IRC?**

As alterações ao IRC não poderão consistir apenas num bónus para as grandes empresas que atualmente suportam a receita deste imposto sem que tal tenha efeito real de incentivo ao crescimento e ao emprego.

► **A proposta do PS foi aprovada. O que vem a seguir?**

O projeto de lei apresentado pela bancada parlamentar socialista segue para discussão na especialidade, na comissão parlamentar de Orçamento e Finanças.

► **O agravamento do IVA na restauração foi um erro consciente por parte do Governo?**

Desde que foi tornado público que o Governo iria propor, no Orçamento de Estado para 2012, o aumento do IVA de 13% para 23% para o setor da restauração – indo além do que ficara contratualizado no Memorando de Entendimento de 17 de Maio de 2011 – que se tem chamado a atenção para o efeito contraproducente que esta medida iria produzir: por um lado, a quebra no consumo das famílias, que dispõem de menos rendimento disponível iria redu-

zir a receita fiscal de IVA esperada pelo Governo; por outro, levaria a uma cascata de insolvências e à destruição em massa de postos de trabalho, que, para além das terríveis consequências sociais, colocaria em causa a execução orçamental do lado da despesa em subsídios de desemprego.

► **Que impacto socioeconómico teve este aumento do IVA? no sector da restauração de 23% para 13%?**

Estima-se que entre 2012 e 2013 tenham encerrado cerca de 39 mil empresas, das quais sete mil encerraram como resultado da conjuntura macroeconómica, e a extinção de mais de 99 mil postos de trabalho, sendo que 16 mil empregos se perdem como resultado da contração do consumo privado.

O resultado do aumento da taxa de IVA dá lugar a um efeito negativo ao nível da segurança social e efeitos indiretos. O impacto financeiro negativo para o Estado, em 2013, estima-se em 854 milhões de euros.

► **A maioria de direita chumbou na Assembleia da República a descida do IVA de 23 para 13% proposta pelo PS. E agora?**

O Governo não ia a tempo de recuperar as empresas e o emprego destruído com o letal agravamento do IVA na restauração. Mas, se a maioria parlamentar que o sustenta tivesse votado favoravelmente esta proposta, ainda ia a tempo de corrigir parcialmente o erro grosseiro que cometeu.

Assim sendo, a manutenção da taxa de IVA em 23% em 2013 traduzir-se-á numa receita adicional de apenas 399 milhões de euros, manifestamente insuficiente para compensar as perdas de 854 milhões, continuando a provocar pressão significativa nas empresas do sector.

► **Os deputados socialistas exigiam a redução do IMI. De que modo?**

A redução proposta no Imposto Municipal sobre Imóveis seria feita de modo a ter em conta o valor de mercado das habitações.

Propunha-se, pois, uma atualização da fórmula de cálculo do valor patrimonial fiscal, introduzindo nela um índice de mercado, calculado com base no valor médio de avaliação bancária publicado pelo INE, nos termos de uma portaria a publicar.

► **E uma avaliação automática não pode resultar em injustiças?**

Sim, é uma possibilidade. Por isso, os deputados do PS propunham também a criação de uma comissão de peritos com a missão de analisar as reclamações que viessem a ser apresentadas pelos proprietários.

► **O Partido Socialista recomendou ao Executivo que não atrasasse mais o apoio social aos idosos sem recursos para suportar o aumento das rendas, provocadas pela nova lei. Por quê?**

A lei de arrendamento é injusta, tendo sido promulgada com a garantia pública e formal da proteção social dos arrendatários em situação de maior vulnerabilidade.

Como é sabido, em devido tempo o GPPS apresentou uma série de propostas que poderiam mitigar os efeitos perniciosos da nova lei em termos dos inquilinos de menores recursos, mas a maioria PSD/PP rejeitou, de forma liminar e insensível, as medidas e os argumentos apresentados.

Assim, o PS entende que o Governo, que aprovou de forma pouco dialogante a metodologia do aumento das rendas, não pode eximir-se de agir com o alibi de que aguarda um estudo sobre o impacto da nova lei.

“ Faltou investimento na prevenção estrutural, com redução de 20% em dois anos. Os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios não avançam ao ritmo desejado, estando executados em cerca de 35%. A rede primária prevista de 2000 quilómetros está concretizada em apenas 20%. Esta é a realidade que o PS denunciou e o Governo não quis ouvir

FOGOS FLORESTAIS: CRISE E RESCALDO



Miguel Freitas

[f](#) mjpgfreitas

Mais um ano infernal na floresta portuguesa, mais um ano de descontrolo nos incêndios, com consequências dramáticas, perda de vidas humanas, destruição de património e elevados prejuízos para a economia nacional.

Dois anos consecutivos com área ardida superior a 100 mil hectares. O que não acontecia desde 2006, após as alterações no dispositivo legislativo e operacional. Foram anos difíceis, com condições climáticas excepcionais. Mas isso não justifica tudo. O que aconteceu então?

Faltou investimento na prevenção estrutural, com redução de 20% em dois anos. Os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios não avançam ao ritmo desejado, estando executados em cerca de 35%. A rede primária prevista de 2000 quilómetros está concretizada em apenas 20%. Esta é a realidade que o PS denunciou e o Governo não quis ouvir.

Entretanto, em junho, há uma alteração orgânica na Proteção Civil a nível regional e local. Foram criadas novas estruturas de coordenação técnica, excêntricas às regiões-plano. Foram substituídas as chefias em período avançado de fogos. Criticámos a alteração e a mudança fora de tempo nas estruturas de comando operacional.

Entretanto, o ICNF passou a ter uma dupla tutela, agravando-se a deriva institucional dos serviços florestais que não favorece a sua atuação eficaz.

No rescaldo de mais uma crise, a resposta não passa por mais legislação, mas pelo seu integral cumprimento.

O Estado tem de investir na conclusão da rede primária, em articulação com as autarquias e com as associações de produtores florestais. São precisos 150 milhões de euros, com recurso a financiamento de fundos comunitários. O Estado tem de garantir meios operacionais com níveis de profissionalização e formação para o combate aos fogos, trabalhando de perto e valorizando os bombeiros portugueses. E tem de assegurar estabilidade institucional e uma efetiva coordenação política dos incêndios florestais. A floresta é privada, deve ter uma gestão cuidada. As políticas devem incentivar o associativismo e novas formas de gerir a floresta, particularmente na pequena propriedade. E devemos, a par da simplificação dos procedimentos, manter uma orientação clara em matéria de ordenamento florestal.

A cada um a sua responsabilidade. ■

PS considera inaceitáveis cortes nas pensões de sobrevivência

O PS, pela voz do seu deputado e ex-secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques, pediu ao Governo explicações sobre os anunciados cortes nas pensões de sobrevivência, prestação social atribuída a viúvas e viúvos, considerando a medida “inaceitável” e “de enorme indignidade”.

Uma medida que surge passados apenas três dias depois de Portas ter escondido esta proposta, em conferência de Imprensa onde falava sobre as 8ª e 9ª avaliações da troika), e garantindo que a TSU dos pensionistas estava enterrada e não havia novas medidas de austeridade.

Segundo Pedro Marques, “há uma necessidade de explicação por parte do Governo, porque o primeiro-ministro nada referiu sobre esta matéria no debate quinzenal e o vice primeiro-ministro, na conferência de Imprensa de 3 de outubro, até disse que não havia novas medidas de austeridade e falou no fim da TSU dos pensionistas”.

O deputado socialista afirmou que esta proposta “é imoral do ponto de vista social”, considerando “inaceitável a falta de verdade e de clareza do Governo”. “É profundamente errado que o Governo, em particular Paulo Portas, tenha escondido esta medida dos portugueses quando disse que ia acabar com a TSU dos pensionistas”, disse, acrescentando que “afinal a TSU sobreviveu para os viúvos e viúvas”.

Para o ex-secretário de Estado da Segurança Social, é de “uma enorme indignidade” o Governo querer cortar nas pensões.



Fogos florestais combatem-se com mais prevenção

O custo anual com os incêndios ascende a perto de mil milhões de euros. 150 milhões por prejuízos diretos nas matas e florestas e cerca de 750 milhões em produtos que deixaram de ser fabricados em Portugal devido à falta de madeira.

Estas foram as conclusões a que chegou um grupo de personalidades, entre as quais se destacam o ex-Presidente da República Jorge Sampaio, Francisco Avilez e João Ferreira do Amaral. Até finais do passado mês de agosto, os incêndios florestais consumiram perto de 95 mil hectares, reeditando o drama de 2012 em que arderam 100 mil hectares de matas e florestas.

Para além da origem criminosa ou negligente que representam, segundo fontes policiais e dos próprios bombeiros, as principais causas de incêndio nas florestas e matas portuguesas, outros fundamentos são ainda apontados como sementes deste flagelo.

Ausência de uma verdadeira política florestal nacional, alheamento dos proprietários florestais em relação à limpeza e ordenamento do seu território e a inexistência de um efetivo planeamento e gestão do espaço florestal por parte do Estado. A estes fatores devem ainda adicionar-se o despovoamento rural e os inúmeros conflitos de interesses, para além da reduzida participação dos proprietários nos processos de decisão.

O Partido Socialista, através do secre-

tário-geral, António José Seguro, solicitou já ao Governo esclarecimentos sobre os motivos que levaram a que nove bombeiros tenham perdido a vida este verão no combate às chamas, exigindo também explicações quanto às falhas na prevenção e no escasso recurso aos meios aéreos, recordando o líder socialista que estas mortes constituem mais um recorde infeliz no palmarés do atual Governo de direita.

Para Seguro, foram demasiadas as vidas perdidas e os feridos para serem apenas contabilizados como “simples acidentes de percurso” ou em “lamentos institucionais”, garantindo que o país não pode continuar a aceitar que se encare esta tragédia, ano após ano, como uma inevitabilidade.

PS exige explicações

Por isso, o Partido Socialista vai chamar ao Parlamento a ministra da Agricultura, para se saber das razões porque o Governo tem investido pouco na prevenção, apenas cerca de 18 milhões de euros, contra os já anunciados 78 milhões que serão gastos este ano no combate aos fogos florestais. Cenário que, na perspectiva dos socialistas,

contribui para gerar ainda “maior instabilidade em todo o sistema”, reivindicando uma aposta mais expressiva na prevenção.

A par do anúncio desta audição parlamentar a Assunção Cristas, o deputado Miguel Freitas anunciou que a bancada socialista irá apresentar na Assembleia da República um projeto de resolução em matéria de prevenção e combate a incêndios florestais, tendo em vista encontrar os mecanismos que contribuam para estancar o que os socialistas consideraram ser “uma inversão clara de prioridades” deste Governo, que em dois anos aumentou em 15% a verba destinada ao combate e diminuiu em idêntica proporção o investimento em prevenção estrutural. Também o vice-presidente da bancada socialista, José Junqueiro, defendeu que a Justiça deverá assumir uma atitude de maior protagonismo em toda esta problemática dos incêndios florestais, passando a ter “mão pesada” para os incendiários a par da necessidade de se encontrarem métodos mais eficazes para uma maior agilização entre os vários mecanismos de fiscalização e de investigação criminal. ■ R.S.A.

UM LIVRO POR SEMANA

SUGESTÕES DE **ÁLVARO BELEZA** BIBLIOGRAFIA UV2013



TRATADO SOBRE A TOLERÂNCIA

François Marie Arouet (Voltaire)

Escrito no Castelo de Ferney e publicado em 1763, após a morte de Jean Calas – injustamente acusado e executado pela morte do seu filho, que se havia convertido ao catolicismo

–, este clássico da modernidade assinado por Voltaire convida à tolerância, atacando diretamente o fatalismo religioso e apresentando um requisitório contra as superstições ligadas aos religiosos.

Depois do suicídio do seu filho, Jean Calas foi acusado de homicídio voluntário. A família é presa, e Calas, a pedido da população e segundo ordem de oito juízes, é condenado à pena de morte mesmo na ausência de provas.

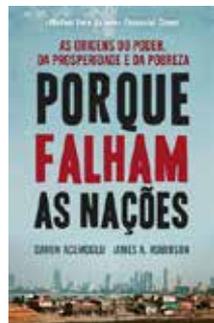
De salientar o contexto histórico durante o qual se realiza o processo, então profundamente marcado pela guerra das religiões francesas dos séculos anteriores.

Assim, nesta obra incontornável, Voltaire faz uma das defesas mais radicais da tolerância enquanto valor social de alcance universal.

veu este “A arte da guerra”, um clássico oriental que perspetiva as relações de poder e influência entre partes opostas de modo acutilante.

A obra é dividida em 13 capítulos que exploram diversos aspetos da estratégia militar durante os “Estados Belicosos”, período bastante turbado da história da China.

É, por tudo isto, um clássico da guerra para pensar a estratégia em geral.



PORQUE FALHAM AS NAÇÕES

Daron Acemoglu e James A. Robinson

Publicado recentemente por dois académicos norte-americanos, Acemoglu do MIT e Robinson de Harvard, este livro é o resultado de um

amplo estudo que contemplou séculos da história humana nas suas diferenças fases e transformações, bem como as causas do seu desenvolvimento ou atraso económico.

Os autores analisam várias civilizações e dezenas de países e de regiões dos cinco continentes, em diferentes fases da história, para demonstrar que a mesma evolução e as mesmas causas estão na origem de avanços e recuos civilizacionais em diferentes épocas.

Da mesma forma, analisam as diferenças entre a Europa Ocidental e Oriental, entre a França e a Inglaterra e entre estes países e a Espanha e Portugal.

Livro do ano segundo a “Financial Times”, é uma obra a não perder!



AUSTERIDADE: UMA IDEIA PERIGOSA

Mark Blyth

A austeridade é uma ideologia fracassada que é esgrimida pelos ricos para repassar o custo das crises para os pobres. Historicamente tem provocado desemprego, conflitos sociais, guerras. Esse é o

cerne de Austeridade: Uma Ideia Perigosa, de Mark Blyth, professor de política económica internacional na Universidade Brown e doutorado em ciência política pela Universidade Columbia, ambas nos EUA. Dedicado ao estudo da política das ideias, este académico escocês navega pela história, pela filosofia, pela economia. Vasculha as origens da ideologia da austeridade nos escritos de John Locke (1632-1704), David Hume (1711-1776) e Adam Smith (1723-1790), feitos num tempo em que a noção de défice público estava associada a gastos de reis e suas cortes.

Trata-se, pois, de uma obra central no presente debate sobre a austeridade.



A ARTE DA GUERRA

Sun Tzu

Sun Tzu foi um general chinês que viveu no século IV aC e que no comando do exército real de Wu acumulou inúmeras vitórias, derrotando exércitos inimigos e capturando seus comandantes.

Tzu foi, assim, um profundo conhecedor das manobras militares e escre-

O POEMA DA VIDA DE...

VICTOR FREITAS



Flor da Liberdade

Miguel Torga

Sombra dos mortos, maldição dos vivos.
Também nós... Também nós... E o sol recua.
Apenas o teu rosto continua
A sorrir como dantes,
Liberdade!
Liberdade do homem sobre a terra,
Ou debaixo da terra.
Liberdade!
O não inconformado que se diz
A Deus, à tirania, à eternidade.

Sepultos, insepultos,
Vivos amortalhados,
Passados e presentes cidadãos:
Temos nas nossas mãos
O terrível poder de recusar!
E é essa flor que nunca desespera
No jardim da perpétua primavera.

In

"Orfeu Rebelde", 1958

“ Advinham-se no próximo ano novas investidas do Governo contra aquilo que parece ter definido como o principal inimigo ideológico a abater: o Estado Social, onde a escola pública se inscreve

A DESTRUIÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA COMO OPÇÃO IDEOLÓGICA!



Susana Amador

[susana.amador.37](https://www.facebook.com/susana.amador.37)

Nuno Crato afigura-se como um verdadeiro “Anti Midas” no atual Governo, dado o efeito arrasador que cada uma das suas medidas comporta. As reorganizações curriculares, o reordenamento da rede pública de ensino e a constituição de mega-agrupamentos, o fim das Novas Oportunidades e da qualificação de adultos, a redefinição dos Quadros de Zona Pedagógica, os atrasos nos concursos de contratação e o despedimento em massa de docentes, a suspensão da requalificação do parque escolar, a sobrelocação das salas de aula e a diminuição do tempo de permanência das crianças na escola, são apenas alguns dos muitos exemplos de matérias onde a intervenção de Nuno Crato se revelou nefasta e demolidora.

O PS tem vindo a alertar para o grave risco desta introdução de medidas casuísticas e avulsas na estrutura e organização do sistema educativo, preocupações aliás partilhadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), através de diversas recomendações e pareceres.

No entanto, contra tudo e contra todos, Nuno Crato e este Governo vêm insistindo na sua ação destruidora do sistema e da organização das escolas, que vem gerando um clima de desorganização e situações de verdadeiro caos na gestão, bem como de instabilidade nos profissionais do sector, provocando um clima generalizado de apreensão, intimidação e medo.

Tudo isto põe em sério risco os avanços conseguidos nos últimos anos pelos governos PS, que fizeram de Portugal um caso de sucesso para várias instituições internacionais, nomeadamente a OCDE, pelo que não pode deixar de colocar a questão: porquê então mudar?

É o próprio CNE a “suspeitar” dos verdadeiros motivos quando afirma que “o legislador está mais centrado numa lógica de redução dos recursos do que na melhoria do sistema”. O PS há muito que vem também denunciando e alertando para este mesmo facto.

No entanto, apesar de todo o desinvestimento na educação e descaracterização da escola pública com vista ao seu desmantelamento, advinham-se no próximo ano novas investidas do Governo contra aquilo que parece ter definido como o principal inimigo ideológico a abater: o Estado Social, onde a escola pública se inscreve.

No PS é bem consciente a ideia de que o conhecimento está na base de todo o progresso, seja social, económico, cultural, científico ou qualquer outro e é condição sine qua non para o desenvolvimento do país e de cada uma das suas regiões. Igualmente o PS tem vindo há vários anos a adotar a educação como pilar fundamental das suas políticas. Esta boa prática que desde há muito rege o PS deve-se ao facto de entendermos a educação como um processo dinâmico.

E desse entendimento o PS e o seu secretário-geral nunca abdicarão, em prol de um Portugal mais competitivo, coeso e justo, em que a Educação é um “passaporte para o futuro”. ■



EM DEFESA DO INTERIOR

António José Seguro

antonioseguro

O interior do país só terá futuro com emprego. Assistiu-se nos últimos anos a fenómenos de migração e emigração porque as pessoas não encontram oportunidades de emprego nas suas terras. Entramos no ciclo vicioso de empobrecimento, desertificação, perda de atratividade, deslocalização de serviços públicos. O Primeiro Ministro olha para esta situação e vê o interior como um fardo e um encargo. Não tem que ser assim, nem pode ser assim. Portugal não pode abdicar de uma parte importante (e valiosa) do seu território e as gentes do interior merecem ser tratadas com a mesma dignidade de todos os outros concidadãos. É preciso agir. Mudar a atual situação exige determinação política e um projeto. Dar prioridade ao interior é valorizar todo o país.

“ É preciso agir.

Mudar a atual situação exige determinação política e um projeto. Dar prioridade ao interior é valorizar todo o país

As potencialidades do interior são incomensuráveis. Produtos de excelência, turismo de património, história e natureza. Energias renováveis que contribuem para melhorar a balança energética. Uma agricultura de exportação que usa tecnologia e inovação. O interior tem capacidade de mostrar como se pode crescer com sustentabilidade e aproveitando os recursos naturais.

Nesse sentido, proponho um Plano de Desenvolvimento do Interior (PDI), que será financiado por fundos comunitários (2014-2020) e terá como objetivo a criação de emprego. O PDI deve ter mecanismos

de apoio ao investimento público e ao investimento privado, desde que o mesmo crie postos de trabalho. Há que estruturar subsídios reembolsáveis para projetos no interior, com taxa de juro muito baixa (até 2%), prazos alargados de acordo com o projeto (10-15 anos) e prazos de carência.

Esta é a forma correta e eficiente de aplicar os fundos disponibilizados a Portugal. Colocados ao serviço da criação de emprego, do desenvolvimento do país e de uma política de coesão territorial. Só apoiando a criação de emprego povoaremos de novo o interior.

Este Plano de Desenvolvimento do Interior deve ser complementado por políticas como a descentralização dos serviços públicos, em contraponto com os encerramentos cegos que o Governo tem feito. Também defendo uma verdadeira utilização da fiscalidade nacional em função do território e outras medidas que façam justiça ao interior.

Olho para o interior como uma oportunidade. E não aceito que o interior de Portugal seja um imenso lar de idosos de norte a Sul, rodeado por uma multidão de desempregados sem esperança. Temos a enorme responsabilidade de lutar por um país justo, onde os idosos tenham presente e os jovens tenham futuro.

Este é o meu compromisso com as pessoas que vivem no interior. De igual para igual. O compromisso de quem aprendeu no interior de que a palavra vale tanto como uma escritura.

Alberto Martins vai liderar bancada socialista

O secretário-geral do PS considera que o novo líder da bancada parlamentar, Alberto Martins, que sucederá neste cargo a Carlos Zorrinho, “é um político de enorme competência” e “com uma grande experiência parlamentar”.

António José Seguro fez estas afirmações no dia 9 de outubro, quando falava aos jornalistas no final da reunião do Grupo Parlamentar do PS, após ter indicado o nome de Alberto Martins para suceder a Carlos Zorrinho como líder da bancada socialista.

“Entendi convidar Alberto Martins, que já foi líder parlamentar [entre 2005 e 2009]. Fiquei satisfeito por ele ter aceitado o meu convite, porque é um político de enorme competência, com uma grande experiência parlamentar e capaz de mobilizar todo o grupo parlamentar para uma missão essencial que é a oposição a este Governo e de continuação de apresentação de propostas alternativas para resolver os problemas dos portugueses”, disse.

O líder do PS salientou a grande experiência política de Alberto Martins, lembrando, a propósito, as suas passagens



como ministro durante os governos liderados por António Guterres e por José Sócrates. E acrescentou: “Alberto Martins também já foi líder parlamentar, conhece bem os deputados que tem no grupo parlamentar e, portanto, não será difícil mobilizar todos os deputados para essa função de oposição, de combate político, mas também de proposta, que é essa a responsabilidade do PS”, afirmou.

Zorrinho coordenar LIPP

Acerca do convite a Carlos Zorrinho para coordenador do Laboratório de Ideias e de Propostas para Portugal (LIPP), António José Seguro sublinhou que o PS tem uma

prioridade “bem definida para os próximos tempos”, prioridade que passa pela “elaboração do programa do próximo Governo”.

Para isso, acrescentou, “o PS necessita de ter alguém com qualidades e competências, alguém profundamente envolvido no desenho do programa nacional para a agenda 20/20. Nesse sentido, convidei Carlos Zorrinho para a coordenação do Laboratório de Ideias, uma plataforma em que participam cinco mil portugueses entre militantes e simpatizantes do PS, e para trabalhar diretamente comigo na coordenação da elaboração do programa do Governo na Convenção Novo Rumo para Portugal”. ■

FOTOGRAFIAS COM HISTÓRIA

ESQUERDA GOVERNA LISBOA

1989

Depois de liderar com sucesso a coligação “Por Lisboa”, que incluía toda a esquerda, desde o PS à UDP, Jorge Sampaio toma posse como presidente da Câmara de Lisboa, em 1989. Então secretário-geral do PS, Sampaio tinha derrotado nas urnas Marcelo Rebelo de Sousa que encabeçava uma coligação de direita. Na foto, para além de Sampaio, podem ver-se Vasco Franco e Rui Godinho, que viriam a fazer um grande



trabalho como vereadores, e o cessante presidente da edilidade, Kruz Abecassis.

Era o início de um novo ciclo, com um projeto progressista para a cidade. ■ J. C. C. B.

